



Parecer Jurídico nº 25/2012

Interessado: CAU/DF.

Assunto: **Dispensa de Licitação Pública. Contratação de empresa especializada em fornecimento de *coffee break*.**

**Ementa:** Direito Administrativo. Contratação de empresa especializada em tradução simultânea. Verificação de legitimidade. Subsunção aos ditames do art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

## **I – RELATÓRIO**

Senhora Diretora Geral,

Trata-se de procedimento administrativo instaurado que visa à contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e serviços de tradução simultânea a serem prestados no 5º Congresso Internacional Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano Regional – PLURIS 2012, que será realizado no dia 03 de Outubro/2012, mediante dispensa licitatória, com fulcro no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

O presente parecer se reporta à contratação da empresa Tradu-Som Locação de Equipamentos e Serviços LTDA - ME que, conforme às fls. retro dos autos, apresentou a proposta mais vantajosa, sendo esta no valor de R\$ 2.490,00 (dois mil quatrocentos e noventa reais).

O feito vem a esta Assessoria Jurídica para apreciação e emissão de parecer quanto à dispensa do certame licitatório, nos termos do art. 38, inciso VI da Lei 8.666/1993.

É o sucinto relatório. Segue o exame jurídico.

## **II- ANÁLISE JURÍDICA**

A licitação nas compras/contratações é a regra, porém a Lei 8.666/93 apresenta situações especiais em que poderá ocorrer a dispensa da licitação nas compras/contratações feitas pela Administração Pública.



O Estatuto de Licitações permite como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei.

Dispensa de licitação é a possibilidade de celebração direta de contrato/compra entre a Administração e o particular dentro dos casos previstos no art. 24.

Observa-se que a lei enumerou expressamente as hipóteses de dispensa de licitação, sendo este rol taxativo. Neste sentido, as lições do renomado Jessé Torres Pereira Júnior (2003, pag. 102):

*As hipóteses de dispensabilidade do art. 24 constituem rol taxativo, isto é, a Administração somente poderá dispensar-se de realizar a competição se ocorrer uma das situações previstas na lei federal. Lei estadual, municipal ou distrital, bem assim regulamento interno da entidade vinculada não poderá criar hipótese de dispensabilidade.*

Além disso, ressalte-se que, nestes casos relacionados pela legislação, há a discricionariedade da Administração na escolha da dispensa ou não do certame, devendo sempre levar em conta o interesse público. Muitas vezes, o administrador opta pela dispensa, de acordo com o ilustre Marçal Justen Filho<sup>1</sup>, *verbis*:

*[...] a dispensa de licitação verifica-se em situações em que, embora viável competição entre particulares, a licitação afigura-se inconveniente ao interesse público. (...). Muitas vezes, sabe-se de antemão que a relação custo-benefício será desequilibrada. Os custos necessários à licitação ultrapassarão benefícios que dela poderão advir.*

O caso ora analisado enquadra-se no inciso II do artigo 24, já que prevê a contratação direta com dispensa de licitação em situações em que o valor da compra ou do serviço a ser contratado corresponde a uma quantia de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, inciso II do art. 23, ou seja, *in verbis*:

*Art. 24. É dispensável a licitação:*

*[...]*

**II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do**

<sup>1</sup> FILHO, Marçal Justen. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. Ed. Dialética. São Paulo, 2009. 13ª Edição. P.228



**limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez. (gn)**

Desta forma, a atuação administrativa em proceder com a contratação da empresa Tradu-Som Locação de Equipamentos e Serviços LTDA - ME, como bem se verifica às fls. retro, possui possibilidade legal, atendendo de forma clara o princípio da legalidade, conforme versa o professor Luís Roberto Barroso<sup>2</sup>:

*Ao contrário dos particulares, que se movem por vontade própria, aos agentes públicos somente é facultado agir por imposição ou autorização legal. Inexistindo lei, não haverá atuação administrativa legítima.(...) os Poderes Públicos somente podem praticar os atos determinados pela lei. Como decorrência, tudo aquilo que não resulta de prescrição legal é vedado ao administrador.*

É evidente que os processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, como no presente caso, não exigem o cumprimento de todas as etapas formais imprescindíveis num processo de licitação, entretanto, salienta-se, que devem obediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa impostos à Administração Pública.

A proposição apresentada pela Assessoria de Comunicação do CAU/DF está instruída com três propostas de potenciais fornecedores e com os documentos de regularidade jurídica e fiscal da proponente que ofertou a melhor e mais vantajosa proposta.

Na avaliação elaborada pela nota técnica, a Assessora reconheceu a ocorrência de situação capaz para autorizar a contratação direta, além do que o valor proposto pela empresa vencedora (R\$ 2.490,00) não ultrapassa o permissivo legal já mencionado em linhas pretéritas.

Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo ora analisado.

<sup>2</sup> BARROSO, Luís Roberto. *Temas de Direito Constitucional*. Ed. Renovar. 2001. P. 166.



Destarte, incumbe a esta Assessoria prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Os valores da contratação permitem que a relação jurídica se estabeleça sob a forma de termo de contrato ou por quaisquer de seus substitutos, consoante o art. 62 da Lei 8.666/1993:

*“Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. (...)”.*

### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, do ponto de vista estritamente jurídico, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela legalidade da dispensa do processo licitatório, haja vista que atende ao caso previsto no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

É o parecer que submeto à elevada consideração superior.

Brasília – DF, 28 de Setembro de 2012.

**LEANDRO COELHO CONCEIÇÃO**  
**OAB/DF 30.328**